



ATA N.º 28

07-11-2018

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'NoeR', 'J. M.', and 'J. M. S.']

Aos sete dias do mês de novembro de dois mil e dezoito, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Cuba, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara João Manuel Casaca Português, realizou-se a vigésima oitava reunião ordinária deste Órgão Executivo, com a participação dos Senhores Vereadores Luís José de Brito Camacho Barriga, Francisco Xavier Candeias Fitas, Maria Jacinta Cardoso Grilo e Noémia Ermelinda Rocha Fragoso Ramos. -----

Participaram também nos trabalhos o Jurista - Chefe da Unidade de Apoio Jurídico, Desenvolvimento, Cultura e Sociedade, Vítor Manuel Parreira Fialho, a quem incumbe a função de prestar os esclarecimentos julgados necessários sobre os assuntos submetidos a deliberação e José Francisco Ribeiro Roque, Coordenador Técnico da Câmara Municipal de Cuba, designado para secretariar as reuniões do órgão executivo.

A reunião teve início às nove horas e trinta minutos, depois de todos os membros da Câmara terem tomado os seus lugares e se verificar existir quórum. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.-----

Cumprimento do disposto no art.º 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

(Em cada sessão ou reunião ordinária dos órgãos das autarquias locais é fixado um período de antes da ordem do dia, com a duração máxima de 60 minutos, para tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico.-----)

A Sr.ª Vereadora Noémia Ramos no período de 25 de outubro a 6 de novembro, desenvolveu as seguintes atividades:

- Atendimento aos munícipes;
- Acompanhamento dos processos de intervenção social dos programas sociais do SASS e de SAE;
- Acompanhamento e monitorização dos processos de integração dos colaboradores dos contratos de emprego inserção e emprego inserção + e GIP;
- Monitorização dos trabalhos do Gabinete Municipal de Proteção Civil;
- Participação na 1.ª reunião da Rede Intermunicipal de Educação, promovida pela Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo (CIMBAL), com o objetivo de apresentar a forma de funcionamento e organização interna da rede, apresentação do Plano Nacional de Promoção do Sucesso Escolar e análise da necessária articulação da Rede do ensino escolar e profissional do Baixo Alentejo;
- Participação na Assembleia Intermunicipal da Rede Portuguesa dos Municípios Saudáveis e no seu XXI Aniversário, evento no qual foi admitido como associado o Município de Cuba, bem como foi assinada Declaração de Lagoa – Açores, onde os Municípios numa perspetiva de “Governança Local para a Saúde, se responsabilizam pela criação de espaços e projetos promotores de saúde, no quadro do Serviço Nacional de Saúde, com obtenção de ganhos em saúde da população;
- Participação na reunião da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios para emissão de parecer prévio ao Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios;
- Participação na reunião promovida pela CIMBAL, na área da Proteção Civil, que visou apresentar aos Municípios os diversos recursos existentes na Cruz Vermelha Portuguesa, com vista ao seu recurso pelos Gabinetes Municipais de Proteção Civil (GMPC) para situações de prevenção, eventos ou outras situações ou mobilização pela Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) em caso de acidente ou catástrofe, bem como informar que no âmbito das comunicações de emergência, Sistema Integrado das Redes de Emergência e Segurança de Portugal (SIRESP), prevê a CIMBAL vir a apresentar candidatura ao Portugal 2020, com vista a dotação dos GMPC de comunicações de emergência;
- Reunião de trabalho com a equipa técnica da Caritas Diocesanas de Beja e o Serviço Local de Segurança Social, no âmbito do programa alimentar POAPMC

(Programa Operacional de Apoio a Pessoas Mais Carenciadas) e com o objetivo de estabelecer uma parceria que vise o acompanhamento dos beneficiários e o seu empoderamento através da realização de sessões de informação em diversos domínios da gestão doméstica, onde a EPC será, também, uma das entidades parceiras;

- Divulgação, sensibilização e participação no Exercício Público nacional de sensibilização para o Risco Sísmico “A Terra Treme”, tendo o concelho de Cuba uma forte participação, através das suas instituições locais;

- Início do projeto “+Próximo” promovido pela CMC em parceria com as Juntas de Freguesia do concelho, cujo o objetivo é tornar mais acessíveis a todos os munícipes o atendimento pelos serviços de Ação Social e Saúde, Educação e Formação Profissional e Inserção Profissional, bem como acompanhar no terreno as situações alvo de intervenção dos serviços, as instituições e os problemas e potencialidades dos territórios.

O Sr. Vereador Luís Barriga questionou a razão pela qual não foi dada resposta a um munícipe morador na Travessa da Igreja em Cuba, que já por várias vezes pediu esclarecimentos à Câmara.

O Sr. Presidente da Câmara informou que se trata de um problema ligado à construção da Casa Fialho de Almeida pelo facto de lhe retirar luz à casa e que, tendo já dado instruções aos serviços para elaborarem a resposta vai questionar as razões pelas quais tal ainda não sucedeu.

BALANCETE DE TESOUREARIA REFERENTE AO DIA 6 DE NOVEMBRO DE 2018: € 410 833,39. -----

ORDEM DO DIA -----

1. CENÁRIOAGOSTO UNIPessoal, LDA. PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que deferiu, a pedido da empresa Cenárioagosto, Unipessoal, Lda, a emissão de licença especial de ruído para a realização de uma festa de Halloween, na Adega da Lua, em Cuba, no horário compreendido entre as 21,00 horas do dia 31 de outubro e as 2,00 horas do dia 1 de novembro de 2018. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: “Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por

motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

2. CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA DO ALENTEJO. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE PENDÕES PARA DIVULGAÇÃO DO EVENTO “XVIII MOSTRA DE DOÇARIA”. -----

Solicita o Município de Viana do Alentejo, autorização para a colocação de pendões publicitários, para divulgação da “XVIII Mostra de Doçaria”, que decorrerá naquela Vila e em Alcáçovas, de 7 a 9 de dezembro de 2018. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação n.º 206/2018 da Subunidade Administrativa e de acordo com as competências que lhe são cometidas pelo disposto na alínea ee) do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou autorizar a colocação dos pendões chamando a atenção do requerente para a necessidade da sua remoção após a realização do evento. -----

3. GRUPO CORAL BAFOS DE BACO. COMEMORAÇÃO DO 4.º ANIVERSÁRIO. PEDIDO DE CEDÊNCIA DO CENTRO CULTURAL, PAVILHÃO MULTIUSOS E MATERIAL, A TÍTULO GRATUITO. PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO. PEDIDO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS. -----

Solicita o Grupo Coral Bafos de Baco, a cedência do Centro Cultural, do Pavilhão Multiusos e de diverso material, a título gratuito, nos dias 7 e 8 de dezembro de 2018, para a realização do 4.º Aniversário do Grupo, bem como isenção de pagamento de taxas decorrentes da emissão de licenças por parte do município. -----

Ao abrigo do disposto no art.º 1.º ponto 3, Cap. I do Código de Posturas e Regulamentos do Município de Cuba, as instalações poderão ser cedidas para casamentos, festas ou outras iniciativas, desde que essa utilização não prejudique a actividade referida no n.º 2 e não deteriore as instalações, sendo que, com base no artigo 2.º do Capítulo I, alínea 7 do mesmo regulamento, a taxa de utilização custeará

as despesas inerentes ao funcionamento, conservação e manutenção das instalações, bem como do equipamento nelas existentes. -----

De acordo com o disposto na alínea ee) do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12/09, compete à Câmara Municipal no âmbito do planeamento e do desenvolvimento *“criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património municipal ou colocados por lei, sob a administração municipal”*. -----

A Licença especial de ruído: De acordo com o disposto no n.º 15.º do Decreto-Lei n.º 9/2007, de 19/01, com as alterações do Decreto-Lei n.º 278/2007 de 01/08, o exercício de atividades ruidosas temporárias pode ser autorizado em casos excecionais e devidamente justificados, mediante emissão de licença especial de ruído concedida pelo município. -----

Refere o n.º 2 do art.º 5.º do Regulamento Municipal de Taxas e Preços da Câmara Municipal de Cuba que, poderão estar isentos de taxas ou beneficiar de uma redução até 50%, mediante deliberação fundamentada da câmara, as associações culturais, desde que legalmente constituídas pelas atividades que se destinem direta e indiretamente à realização dos seus fins estatutários. -----

As taxas previstas em tabela são as seguintes: -----

Utilização do pavilhão multiusos, por cada dia – € 254,23 -----

Licença de ruído - cada dia € 17,21. -----


A Câmara, por unanimidade, com base na Informação nº 206/2018, da Subunidade Administrativa, deliberou: -----

a) Ceder o Pavilhão Multiusos, o Centro Cultural e o material solicitado; -----



b) Emitir, de acordo com o disposto no nº 2 do artigo nº 15 do D.L. 09/2007 de 17 de janeiro, na redação que lhe foi conferida pelo n.º 15.º do Decreto-Lei n.º 278/2007, de 01 de agosto, as licenças especiais de ruído até às 4,00 horas; -----

c) Isentar do pagamento das taxas devidas ao abrigo do n.º 2 do art.º 5.º do Regulamento Municipal de Taxas e Preços da Câmara Municipal de Cuba. -----

+1



Noe



4. PROJETO DE INOVAÇÃO SOCIAL “10 MIL VIDAS”. NOTIFICAÇÃO POR PARTE DO POISE – PROGRAMA OPERACIONAL INCLUSÃO SOCIAL E EMPREGO - DO PROJETO DE DECISÃO DE APROVAÇÃO SOBRE A CANDIDATURA N.º POISE-03-4639-FSE-000308. CONHECIMENTO FORMAL POR PARTE DA CÂMARA SOBRE A DECISÃO DE APROVAÇÃO EM CIMA ENUNCIADA. OUTORGA DO PROTOCOLO POR PARTE DO PRESIDENTE DA CÂMARA. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 23/2018, do Chefe da UAJDCS, cujo teor se transcreve: -----

Como é consabido, através da Informação n.º 7/2018, da minha autoria, foi o assunto em cima identificado apresentado na Reunião de Câmara de 23 de maio de 2018, tendo o órgão executivo deliberado, por unanimidade, o seguinte: -----

1.º - Ratificar o despacho do Presidente da Câmara, proferido ao abrigo do art.º 33.º n.º 3 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que deu origem à subscrição da Carta de Compromisso de Investimento Social inerente à parceria com a ANCS – Associação Nacional de Cuidado e Saúde, visando a apresentação de candidatura comunitária ao POISE - Programa Operacional Inclusão Social e Emprego do Projeto de Inovação Social “10 mil vidas”, cujo prazo limite ocorreu a 30 de abril de 2018. -----

2.º - Atenta a sua competência própria que lhe é cometida pela alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar a minuta de protocolo com a ANCS – Associação Nacional de Cuidado e Saúde, que permitirá a operacionalização do Projeto de Inovação Social “10 mil vidas”; -----

2.1.º - Registrar que o protocolo, agora sujeito a apreciação e votação, no que concerne à sua validade e eficácia, ficará condicionado à aprovação da candidatura comunitária apresentada ao POISE. -----

2.2.º - Registrar que, em caso de aprovação da candidatura apresentada, nos anos de 2019 e 2020, deverão os documentos previsionais do Município de Cuba reflectir esse projeto e os encargos associados para esse mesmo período num montante global de 8.557,11€ (oito mil quinhentos e cinquenta e sete euros e onze cêntimos). -----

Cumpra agora informar que, através de correspondência trocada entre os

representantes do Município de Cuba e a ANCS – Associação Nacional de Cuidado e Saúde, tomámos conhecimento que o projeto havia sido aprovado pelo POISE. -----

Essa aprovação consta expressamente da notificação do POISE à ANCS, cuja cópia também aqui apensamos. -----

Neste contexto, importa agora proceder à outorga do protocolo, cuja minuta já havia sido aprovada na RC de 23 de maio de 2018. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou: -----

1.º - Tomar conhecimento formal da aprovação da candidatura comunitária ao POISE - Programa Operacional Inclusão Social e Emprego do Projeto de Inovação Social “10 mil vidas”, apresentada pela ANCS – Associação Nacional Cuidado e Saúde, assumindo a Câmara Municipal de Cuba o papel de parceira, com as mais-valias e os compromissos consignados no protocolo a outorgar; -----

2.º - Registrar que a Câmara Municipal já havia aprovado a minuta do protocolo na sua reunião de 23 de maio de 2018, pelo que, agora mandata o Presidente da Câmara, a quem incumbe representar o Município em juízo e fora dele, para que o mesmo possa outorgar o protocolo em cima mencionado; -----

3.º - Determinar aos Serviços Financeiros que façam espelhar nos documentos previsionais referentes aos anos de 2019 e 2020, quer o projeto, quer os encargos associados para esse mesmo período num montante global de 8.557,11€ (oito mil quinhentos e cinquenta e sete euros e onze cêntimos); -----

4.º - Determinar que o protocolo produza efeitos a 01.01.2019, depois de caducar o projeto atualmente ainda em vigor sobre esta mesma matéria. -----

5. JOSÉ FRANCISCO FRAGOSO BOLETAS. ANEXAÇÃO DE PRÉDIOS URBANOS. -----

Solicita o Sr. José Francisco Fragoso Boletas autorização para anexação de dois prédios urbanos, artigos 176 e 334 da freguesia de Vila Ruiva. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação do Gabinete Técnico, atendendo a que a operação de anexação não está sujeita a controlo prévio, no âmbito do RJUE, deliberou emitir certidão comprovativa de que não vê inconveniente na anexação. -----

6. LUÍS MATOS FERREIRA. CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO E CASÃO AGRÍCOLA. PEDIDO NO ÂMBITO DO ARTIGO 110.º DO RJUE/DIREITO À INFORMAÇÃO. PRÉDIOS RÚSTICOS N.º 696, 545, 546, 544, 860, 859, 858 E 857-E VILA ALVA. -----

Vem o requerente solicitar informação no âmbito do artigo 110.º do RJUE, na redacção actual do Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de Setembro, relativa aos condicionamentos legais em vigor aplicáveis ao local em questão, tendo em vista a possibilidade de construção de uma habitação e de um casão agrícola, no artigo n.º 860-E, e ainda uma piscina biológica. -----

Do respectivo enquadramento em PDM, de acordo com a Planta de Ordenamento, verifica-se que os prédios estão localizados essencialmente em *Área Agrícola Dominante e Áreas com Vocação Silvo-Pastoril Dominante*. -----

De acordo com a Planta de Condicionantes, do mesmo plano, há a registar interferência com solos de REN (Reserva Ecológica Nacional) e de RAN (Reserva Agrícola Nacional) apenas nalgumas áreas pontuais a Sul dos prédios. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou certificar o seguinte: -----

Para os solos de REN, e tendo como base o respectivo regime jurídico fixado pelo *Decreto-Lei n.º 239/2012 de 2 de Novembro, e Portaria n.º 419/2012 de 20/12*, há um conjunto de requisitos legais que deverão ser verificados, mediante emissão de parecer vinculativo da Comissão de Coordenação Regional (CCDRA). -----

Sem prejuízo do que atrás foi exposto, há ainda que ter em consideração o preceituado pelos artigos 60.º e 74.º do Regulamento do PDM, que estabelece algumas condicionantes para estas áreas: -----

a) só se admitem novas construções desde que se destinem às actividades agrícola e florestal, para residência própria do proprietário-agricultor de exploração agrícola respeitando as condições enunciadas no n.º 3 do artigo 74.º do presente regulamento, bem como as destinadas a actividades e empreendimentos turísticos previstos no artigo 60.º deste regulamento, nos seguintes termos: -----

i) O requerente é agricultor, nos termos regulamentares sectoriais, responsável pela exploração agrícola e proprietário do prédio onde se pretende localizar a habitação, facto que deve ser comprovado pelas entidades competentes; -----

ii) A área mínima do prédio não poderá ser inferior a 4 hectares, sendo excepcionada até aos 2 hectares nas freguesias de Vila Alva e Vila Ruiva pela forte presença de pequena propriedade. -----

As ações não agrícolas, como é o caso das edificações, estão sujeitas ao parecer favorável da Comissão Regional da Reserva Agrícola, no âmbito das competências conferidas pelo Decreto-Lei n.º 73/2009 de 31-3, alterado pelo Decreto-Lei n.º 199/2015 de 16 de Setembro, que estabelece o novo regime da RAN. -----

Para os prédios localizados junto à Ribeira de São Bartolomeu haverá que acautelar os respectivos afastamentos das margens, no que respeita às áreas do domínio público hídrico, nos termos da Lei n.º 54/2005 e da Lei n.º 58/2005 de 29/12, mediante parecer da CCDRA com consulta à Administração Regional Hidrográfica (ARH). -----

De acordo com o exposto, e se houver verificação dos requisitos explicitados no ponto 5 da Informação n.º 31/2018, do Serviço de Urbanismo haverá que proceder previamente à obtenção da autorização da CCDRA e da Comissão Regional da RAN. -----

7 - PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS - NECESSIDADE DE RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO PRESIDENTE QUE APROVOU A PROPOSTA DE PLANO E DETERMINOU O INÍCIO DA CONSULTA PÚBLICA.-----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 152 do GMPC – Gabinete Municipal de Proteção civil, da autoria do Técnico Superior José Borracha, onde se regista que, na sequência do trabalho desenvolvido pela ENHIDRICA, Consultoria em Engenharia Ambiental, LDA, em colaboração com o Município de Cuba, foi efetuada a elaboração do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) e respetivo Plano Operacional Municipal (POM) do Concelho de Cuba para o horizonte 2019-2028, que deveria ser candidato ao Fundo Florestal Permanente com data limite a 31 de outubro. Nesse contexto, foi proferido o despacho por parte do Presidente da Câmara que deverá ser ratificado em Reunião de Câmara. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou o seguinte:-----

1.º - Ratificar o despacho do presidente que aprovou a proposta do PMDFCI para o concelho de Cuba, que mereceu parecer prévio favorável da CMDFCI, deliberado na sua

reunião de 29.10.2018, para que, em cumprimento do disposto no n.º 3 do Despacho n.º 443-A/2018, do Gabinete do Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, para que o citado plano pudesse ser remetido ao ICNF, I. P., para emissão de parecer vinculativo e simultaneamente ser submetida a respetiva candidatura ao Fundo Florestal Permanente cuja data limite foi 31 de outubro de 2018;

2.º - Ratificar a determinação do Presidente aos serviços para que se iniciassem os procedimentos visando a publicitação da proposta de plano, mediante divulgação através de Edital e em Diário da República, para que a mesma fosse sujeita a consulta pública por um período de quinze dias, dando assim cumprimento ao disposto nos números 5 a 9 do Despacho n.º 443-A/2018, do Gabinete do Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural; -----

3.º - Tomar conhecimento que, nos termos da Lei, caberá à Assembleia Municipal a aprovação final do documento aqui mencionado, depois de terminada a consulta pública e efetuada a versão definitiva do mesmo, que merecerá apreciação prévia por parte da Câmara Municipal, a quem incumbirá remeter a proposta para o órgão deliberativo.-----

8 - SOLICITAÇÃO DE DONATIVO PARA COMEMORAÇÃO DO 85º ANIVERSÁRIO DA FUNDAÇÃO MANUEL GERARDO DE SOUSA E CASTRO. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 93/2018 do SASS – Serviço de Ação social e Saúde, da autoria da Técnica Superior Ana Baião, onde se regista que, chegou à Câmara Municipal uma solicitação de donativo no valor de 50,00€, no âmbito da comemoração do 85.º aniversário da Fundação Manuel Gerardo de Sousa e Castro. -----

Este pedido de donativo prende-se com o facto de esta instituição querer comemorar o aniversário em cima mencionado, proporcionando às crianças e jovens do género feminino entre os 4 e os 18 anos, um momento de confraternização, nomeadamente na organização de um almoço. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou o seguinte:-----

Atribuir o donativo de 50,00€ no âmbito da Comemoração do 85.º Aniversário da Fundação Manuel Gerardo de Sousa e Castro, em conformidade com a solicitação

efetuada e para os fins nela consignados. -----

9. ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DESPORTIVA LUZERNA. PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO. PEDIDO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS. -----

Solicita a Associação Cultural e Desportiva Luzerna a emissão de licença especial de ruído para a realização de um baile de São Martinho, na Adega da Lua em Cuba, no dia 10 de novembro de 2018, das 23,00 horas até às 4,00 horas do dia 11/11, bem como isenção de pagamento das taxas respetivas. -----

A Licença especial de ruído: De acordo com o disposto no n.º 15.º do Decreto-Lei n.º 9/2007, de 19/01, com as alterações do Decreto-Lei n.º 278/2007 de 01/08, o exercício de atividades ruidosas temporárias pode ser autorizado em casos excecionais e devidamente justificados, mediante emissão de licença especial de ruído concedida pelo município. -----

Refere o n.º 2 do art.º 5.º do Regulamento Municipal de Taxas e Preços da Câmara Municipal de Cuba que, poderão estar isentos de taxas ou beneficiar de uma redução até 50%, mediante deliberação fundamentada da câmara, as associações culturais, desde que legalmente constituídas pelas atividades que se destinem direta e indiretamente à realização dos seus fins estatutários. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação nº 208/2018, da Subunidade Administrativa, deliberou: -----

a) Emitir, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo n.º 15 do D.L. 09/2007, de 17 de janeiro, na redação que lhe foi conferida pelo n.º 15.º do Decreto-Lei n.º 278/2007, de 01 de agosto, a licença especial de ruído até às 2,00 horas, atendendo a que o estabelecimento pode funcionar até às 4,00 horas; -----

b) Isentar do pagamento das taxas devidas ao abrigo do n.º 2 do art.º 5.º do Regulamento Municipal de Taxas e Preços da Câmara Municipal de Cuba, sendo de € 17, 21 o valor sobre o qual incide o pedido de isenção. -----

10. ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DESPORTIVA DE VILA RUIVA. PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO. PEDIDO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS. -----

Solicita a Associação Cultural e Desportiva de Vila Ruiva a emissão de licença especial de ruído para a realização de um baile de São Martinho, no Centro Cultural de Vila Ruiva, no dia 10 de novembro de 2018, das 22,00 horas até às 4,00 horas do dia 11/11, bem como isenção de pagamento das taxas respectivas. -----

A Licença especial de ruído: De acordo com o disposto no n.º 15.º do Decreto-Lei n.º 9/2007, de 19/01, com as alterações do Decreto-Lei n.º 278/2007 de 01/08, o exercício de atividades ruidosas temporárias pode ser autorizado em casos excepcionais e devidamente justificados, mediante emissão de licença especial de ruído concedida pelo município. -----

Refere o n.º 2 do art.º 5.º do Regulamento Municipal de Taxas e Preços da Câmara Municipal de Cuba que, poderão estar isentos de taxas ou beneficiar de uma redução até 50%, mediante deliberação fundamentada da câmara, as associações culturais, desde que legalmente constituídas pelas atividades que se destinem direta e indiretamente à realização dos seus fins estatutários. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação nº 209/2018, da Subunidade Administrativa, deliberou: -----

a) Emitir, de acordo com o disposto no nº 2 do artigo nº 15 do D.L. 09/2007 de 17 de janeiro, na redação que lhe foi conferida pelo n.º 15.º do Decreto-Lei n.º 278/2007, de 01 de agosto, a licença especial de ruído até às 4,00 horas~, atendendo à excepcionalidade do pedido, à data festiva e à escassez de eventos realizados na freguesia; -----

b) Isentar do pagamento das taxas devidas ao abrigo do n.º 2 do art.º 5.º do Regulamento Municipal de Taxas e Preços da Câmara Municipal de Cuba, sendo de € 17, 21 o valor sobre o qual incide o pedido de isenção. -----

11. IRIS RAMINHOS. PEDIDO DE CEDÊNCIA DE TRANSPORTE PARA DESLOCAÇÃO A BEJA. JANTAR SOLIDÁRIO. -----

Solicita a munícipe Iris Raminhos a possibilidade de cedência de transporte por parte do Município para deslocação a Beja de interessados em participar num Jantar Solidário que organizou para ajuda do pagamento de tratamentos a uma menina de 15 anos,

Luísa Pukayevych, que perdeu a fala e o andar num acidente rodoviário. -----

A Câmara, por unanimidade, sensível ao gesto solidário da jovem munícipe deliberou colocar à disposição dos interessados o transporte adequado ao número de inscrições.

Aprovação da ata: - -----

Em conformidade com o art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para constar lavrou-se a presente ata que foi aprovada, em minuta, por unanimidade, depois de lida em voz alta na presença dos membros da Câmara, que a rubricaram. -----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião pelas 11h00m -----

E eu, José Francisco Ribeiro Roque, Coordenador técnico da Câmara Municipal de Cuba, designado para secretariar as reuniões do órgão executivo redigi a presente ata, que assino com o Senhor Presidente. -----

O Presidente da Câmara,

O Coordenador Técnico,

Nº 23